

RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.104 - SP (2017/0267768-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : CINTIA SOARES LOPES
ADVOGADO : MARIA DA CONSOLAÇÃO VEGI DA CONCEIÇÃO E OUTRO(S) - SP207324
RECORRIDO : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADOS : MANUELA LEITE CARDOSO - RJ095223
LUIS FELIPE FREIRE LISBOA E OUTRO(S) - DF019445
ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825
MARIÂNGELA DE MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA - RJ073441
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : CHRISTIAN TARIK PRINTES - SP316680
INTERES. : FEDERACAO NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : SAMUEL MAC DOWELL DE FIGUEIREDO E OUTRO(S) - SP029393
ROBERTA BENITO DIAS E OUTRO(S) - SP207719
INTERES. : UNIMED DO BRASIL CONFEDERACAO NAC DAS COOPERATIVAS MED - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : MÁRCIA APARECIDA MENDES MAFFRA ROCHA - SP211945
RAPHAEL CARVALHO DE OLIVEIRA - SP366173

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 219, CAPUT, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CINTIA SOARES LOPES, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl.586):

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. EX-EMPREGADO APOSENTADO OU DEMITIDO SEM JUSTA CAUSA. ASSISTÊNCIA MÉDICA. MANUTENÇÃO. ARTS. 30 E 31 DA LEI Nº 9.656/1998. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. CONTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DO EMPREGADOR. VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO. IRRELEVÂNCIA. FATOR DE MODERAÇÃO.

SALÁRIO INDIRETO. DESCARACTERIZAÇÃO.

1. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: Nos planos de saúde coletivos custeados exclusivamente pelo empregador não há direito de permanência do ex-empregado aposentado ou demitido sem justa causa como beneficiário, salvo disposição contrária expressa prevista em contrato ou em acordo/convenção coletiva de trabalho, não caracterizando contribuição o pagamento apenas de coparticipação, tampouco se enquadrando como salário indireto.

2. No caso concreto, recurso especial provido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados às fls. 660-669, nos termos da seguinte ementa (fl. 660):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. ANÁLISE DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

2. A matéria afetada como repetitiva apenas abrangeu os casos em que os planos de saúde coletivos eram custeados exclusivamente pelo empregador, de modo que as hipóteses em que o empregado contribuiu em algum momento durante a vigência do contrato de trabalho não foram abordadas.

3. Nos termos dos arts. 6º, § 2º, 23 e 24 da RN ANS nº 279/2011 e da Súmula Normativa nº 8 da ANS, os períodos de contribuição do trabalhador ao plano de saúde sempre devem ser considerados para fins de aplicação dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, mesmo que na época da demissão sem justa causa ou da aposentadoria o regime de custeio seja diverso.

4. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

5. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 677-690), sustenta a parte recorrente afronta aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV, e 93, inciso IX, ambos da Constituição Federal, por ofensa ao princípio do devido processo legal, por negativa de prestação jurisdicional e por violação do princípio da inafastabilidade da jurisdição, além de ausência de fundamentação, na medida em que se se insurge contra o provimento do recurso especial pelos fundamentos apontados pelo órgão julgador.

Ademais, aponta vulneração dos artigos 6º, 170, inciso III, 197, 199 e 230 da Constituição Federal, ao suscitar ofensa do acórdão recorrido ao direito à saúde, ao princípio da função social da propriedade e ao dever social de proteção das pessoas idosas.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 698-717.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta

intempestividade.

Extraí-se dos autos que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 29/10/2018 (segunda-feira) (certidão de fl. 672). Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 30/10/2018 (terça-feira) e encerrou-se em 22/11/2018 (quinta-feira), computados apenas os dias úteis, nos termos do artigo 219, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ocorre, porém, que o apelo extremo somente foi protocolado em 23/11/2018 (sexta-feira), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente

